

MEMÓRIA DA OFICINA TERRITORIAL II: QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE / TERRA SECA

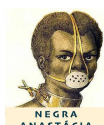


CICLO DE OFICINAS FORMATIVAS E INFORMATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA – GTAQ

BARRA DO TURVO - SÃO PAULO
08, 09 E 10 DE MARÇO
2018



CASA CIVIL



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PARTICIPANTES

SÃO PAULO		
NOME	QUILOMBO	MUNICÍPIO
Auralice De Pontes Ribeiro	Reginaldo	Barra do Turvo
Camilo De Pontes Maciel,	Ribeirão Grande	Barra do Turvo
Doliria Rodrigues De Paula	Terra Seca	Barra do Turvo
Jaime Dos Santos	Ilhas / EAACONE	Barra do Turvo
Joaquim De Paula	Terra Seca	Barra do Turvo
Laureti De Moura	Cedro	Barra do Turvo
Lucas David Morato De Lima	Ribeirão Grande	Barra do Turvo
Zelia De Pontes Maciel	Pedra Preta/Paraiso	Barra do Turvo
Zenilta Pedroso	Ribeirão Grande/Terra Seca	Barra do Turvo
Carlos Weslei Rodrigues Dos Santos	Ribeirão Grande	Barra do Turvo
Jane Aparecida dos Santos	Ribeirão Grande	Barra do Turvo
Romilda A Costa	Ribeirão Bonito	Barra do Turvo
Zeneide Pedroso	Terra Seca	Barra do Turvo
Izaíra Pontes Maciel	Ribeirão Grande	Barra do Turvo
Andre Luiz Pereira De Moraes	Andre Lopes	Eldorado
Debora Da Silva Almeida	São Pedro	Eldorado
Ivo Santos Rosa	Sapatu	Eldorado
Antonio Benedito Jorge	Pedro Cubas	Eldorado
Jacira Rodrigues De Oliveira Dos Santos	Galvão	Eldorado
Jose Rodrigue Da Silva	Ivaporunduva	Eldorado
Hermes Modesto Pereira	Morro Seco	Iguape
Benedito Alves Da Silva “Ditão”	Ivaporunduva	Eldorado
Oswaldo Dos Santos	Porto Velho	Iporanga
Esequiel Gonçalves De Pontes	Cangume	Itaoca
Oriel Rodrigues	Ivaporunduva	Eldorado
Jefersom Silva Cabral	Peropava	Registro
Alcides	Cambury	Ubatuba
Antonio dos Santos	Caçandoquinha	Ubatuba
Neimar Lourenço dos Santos	Caçandoca / Conaq	Ubatuba
Vera Lucia Jorge Braga	Fazenda	Ubatuba
Altamiro de Araujo	Nossa Senhora do Carmo	São Roque
RIO DE JANEIRO		
Benedito Bernardo Leite Filho	Alto da Serra do Mar	Rio Claro
Ivone De Mattos Bernardo	Maria Conga	Magé
Ana Beatriz Bernardes Nunes	Maria Conga	Magé
André Luis Do Sacramento	Mutum	Quissamã
MINAS GERAIS		
Sandra Marai da Silva Andrade	Carrapato	Despacho
Tania Aparecida da Silva Oliveira	Carrapato	Despacho
ESPÍRITO SANTO		
Sara Pacheco Ventura	Monte Alegre	Cachoeira de Itapemirim
Genilda Cassiano	Linhariño - Sapê do Norte	Conceição da Barra
Elimar Barreto Dos Anjos	Retiro De Mangarai	Santa Leopoldina
Alba Bastista Nascimento	Dilô Barbosa - Sapê do Norte	São Mateus

EQUIPE DE EXECUÇÃO, REPRESENTANTES DA CONAQ, DO GOVERNO e OUTROS

Ronaldo dos Santos	Negra Anastácia
Katia Penha	Negra Anastácia
Nilce Pontes Maciel	Ponto Focal da Comunidade Ribeirão Grande -Terra Seca / Conaq
Raquel Pasinato	ISA
Frederico Viegas	ISA
Ivy Wiens	ISA
Liliana	ISA
José Vicente “Hare”	ISA
Anna Maria Andrade	ISA
Jacobson Rodrigues	MMA
Andréa Prestes João	ITESP
Valmir Ribeiro	ITESP
Debora Barizão	ITESP
Ocimar Bim	IF / MOJAC / SMA
Isadora Parada	CPLA / SMA
Roberto Zanin	ICMBio
Wagner Gomes Portilho	FF
Danilo Farias	INCRA
Lidianny Vidal	INCRA
Mara Gazzoli Duarte	INCRA
Isabela Sela	FCP
Andrew Toshio Hayama	Defensoria de SP
Sandra Andrade	Conaq
Gláucia Marques	SOF
Miriam Nobre	SOF
Sandra Abreu	Professora Municipal Barra do Turvo

Essa memória apresenta um resumo dos principais momentos e resultados preliminares do trabalho desenvolvido na oficina ocorrida no Quilombo Ribeirão Grande – Terra Seca , Barra do Turvo, São Paulo, nos dias 8, 9 e 10 de março. Trata-se de documento parcial em processo de construção.

Participaram desta oficina quilombolas dos estados de São Paulo (litoral norte e interior), Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de representantes da Conaq, de órgãos governamentais e a equipe de execução.



VISTA DO TERRITÓRIO DE
RIBEIRÃO GRANDE – TERRA
SECA EM BARRA DO TURVO

Primeiro Dia

8 de março

ABERTURA

A mística de abertura foi feita em uma roda ao ar livre com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião, padroeiros de Ribeirão Grande e Terra Seca reunidos, no centro. Além das rezas, foram entoados cantos homenageando as comunidades quilombolas. As mulheres organizaram um ato pelo dia internacional da mulher. Panos de diferentes cores simbolizando os quilombolas, a terra, as matas e as águas foram colocados sobre o chão. Depois todos se apresentaram dizendo de onde vinham e qual sua comunidade ou organização. Na sequência, as crianças quilombolas da escola municipal Água Quente, de Barra do Turvo, apresentaram performance exaltando a luta e a resistência quilombola.

Dando continuidade à temática do dia da mulher, o ITESP apresentou cartilha orientadora para o combate à violência contra a mulher e a Sempre Viva Organização Feminista fez uma fala sobre os desafios das mulheres na conjuntura atual.

LINHA DO TEMPO

Dando início aos trabalhos sobre Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ) a CONAQ então assume a palavra para construir, junto com a plenária, uma linha do tempo que traz a história do movimento quilombola, os principais marcos da conjuntura política brasileira e as articulações que resultaram no atual processo de construção de uma futura Política Nacional de GTAQ.

A pauta sobre GTAQ está sendo implementada pelo Ministério do Meio Ambiente e Conaq. Foi criado, no âmbito do MMA, um Grupo de Trabalho (GT) com outros ministérios e órgãos do governo federal que possuem atribuições relacionadas às comunidades quilombolas, tais como INCRA, Palmares, ICMBio, MDS, Serviço Florestal. A CONAQ explicou que a oficina sediada na Barra do Turvo, no quilombo de Ribeirão Grande – Terra Seca, é a segunda oficina de um total de 8 oficinas que vão ocorrer em diferentes territórios quilombolas espalhados no Brasil. Cada oficina territorial reúne representantes de outros estados da região para ampliar o alcance do tema. Antes do atual ciclo de oficinas, houve um, anterior a este, que ocorreu em 2015 e 2016. Esse processo também realizou Oficinas Nacionais e Oficinas territoriais com intercâmbios entre diferentes territórios quilombolas.

A linha do tempo situou os participantes dos objetivos da oficina que é de ampliar o diálogo e conhecimento sobre GTAQ para captar informações, demandas e propostas que subsidiem a construção de uma Política Nacional. Ao final destes três dias de trabalho, os representantes reunidos apresentarão suas propostas para que sejam consideradas no documento final deste processo.

1534	1850	1970	1980	1990
Primeiro quilombo citado na historiografia (Ubiratã Castro, UFBA)	Lei de Terras estabelece critérios de acesso que exclui a população negra do direito a terra	1979 - MNU pontua a necessidade do Estado Brasileiro reconhecer as populações negras rurais	1988 - Promulgação do Artigo 68 da ADCT - Criação da Fundação Cultural Palmares	1990 – Primeiro título do Estado do RJ é emitido ao quilombo Campinho da Independência (Paraty)
		Abertura de estradas de acesso no campo amplia pressões sobre os territórios	1989 – CCN, em parceria com Sociedade de Direitos cria o Projeto Vida de Negro	1993 – Ivaporunduva é o primeiro quilombo a entrar com ação judicial pela titulação do território
			Comunidades sofrem fortes pressões de grileiros, urbanização e empreendimentos externos; êxodo rural	1995 - Primeiro quilombo titulado pelo artigo 68 no Rio Trombetas – PA (Quilombo Boa Vista)
			Implantação de Unidades de Conservação ameaça permanência das comunidades quilombolas em seus territórios tradicionais	- Primeiro Encontro Nacional Quilombola em Brasília - 300 anos de Zumbi dos Palmares
			Movimentos eclesiais de base, MST e pastorais da terra fomentam a resistência e articulação das comunidades negras rurais	1996 – Fundação da CONAQ (12 de maio)
			Criação do MOAB une quilombolas, caiçaras e agricultores rurais contra barragens	Processo de mobilização da CONAQ para construção do decreto de regulamentação do artigo 68
				Associações quilombolas são criadas em todo o Brasil
				CONAQ participa de debates sobre Convenção 169 em genebra

2000 a 2004*

2000 – Segundo Encontro Nacional Quilombola em Salvador

2001 – CONAQ participa de Conferência de Durban sobre Discriminação Racial e xenofobia

2002 (13 de maio)
- Presidente FHC veta o projeto de lei, afirmando que artigo 68 era auto-aplicável
- Governo Brasileiro ratifica Convenção 169 da OIT

2003
- Decreto 4.887, durante governo do presidente Lula
- Criação da SEPPIR
- Governo lança Programa Brasil Quilombola, sob coordenação da Seppir
- Lei 10.639 implementa estudo da cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares
- Criação da ACQUILERJ

2004 – ADI 3234: DEM entra com Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto 4887
- Primeiro quilombo titulado em MG
- Decretos estaduais em SP criam procedimentos para reconhecimento e titulação de territórios quilombolas

*Década de 2000:

- movimento conquista participação em conferências nacionais de ater, segurança alimentar, igualdade racial, desenvolvimento rural sustentável, educação, saúde, juventude, meio ambiente;
- criação da maior parte das coordenações estaduais quilombolas
- comunidades começam a acessar políticas públicas de acesso a crédito.

2005 a 2009*

2005
- Primeira CONAPIR
- Criação da Fereção Estadual de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais

2006 – Decreto 5758 inclui territórios quilombolas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

2007 – PNPCT (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)

2008
- Projetos de etnodesenvolvimento (Conaq e MMA) inserem discussão sobre gestão dos territórios.

2010-11

2010
- Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial
- encontro estadual de mulheres quilombolas no RJ

2011
- Marcha da CONAQ em Brasília
- Quarto Encontro Nacional Quilombola no Rio de Janeiro - RJ

2012-2013

2012
- Resolução implanta Educação Escolar Quilombola
- Tem início o julgamento da ADI contra o Decreto 4887 com voto do ministro Peluzo.
- Conaq abre sede em Brasília
- Congresso aprova novo Código Florestal e cria o CAR
- Criada a primeira subcomissão de quilombos, na ALESP

2013
Portaria 429 cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discussão do CAR que resultou criação do grupo para discussão de Plano Nacional de GTA Quilombola

2014-2015	2016	2017	2018
<p>2014</p> <ul style="list-style-type: none"> -Início do planejamento das primeiras oficinas para discutir Gestão Territorial e Ambiental em Território Quilombolas - Publicação do Plano Brasil Quilombola, aprofundamento do debate sobre implementação de políticas públicas, criação do eixo socioambiental. - Criação da Mesa Nacional Quilombola no INCRA para discutir Regularização Fundiária - Criação de GT quilombola sobre educação em MG <p>2015</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcha das mulheres negras - surge a Negra Anastácia, na plenária nacional, para ser a instituição com personalidade jurídica de representação quilombola - Início do primeiro ciclo de oficinas sobre GTAQ em comunidades quilombolas 	<p>Impeachment da presidente Dilma Rousseff fere ordem democrática brasileira e gera retrocessos nas políticas públicas</p> <p>CONAQ cria o GT para CAR quilombola</p> <p>Segunda Oficina Nacional em Brasília encerra o primeiro ciclo de Oficinas sobre GTAQ</p> <p>Consolidação da Minuta Preliminar de Diretrizes sobre GTAQ a partir do primeiro ciclo de Oficinas</p>	<p>5 territórios quilombolas são contemplados em edital do MMA com colaboração da CONAQ para projetos de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola</p> <p>Negra Anastácia e ISA são contratados pelo MMA para conduzir o Segundo Ciclo de Oficinas do processo formativo e informativo sobre GTAQ</p>	<p>STF julga constitucional o Decreto 4887</p> <p>Primeira Oficina no quilombo Frechal – MA abre as Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo de Oficinas sobre GTAQ</p>

DIÁLOGO COM REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Após o almoço, os quilombolas tiveram um espaço aberto de diálogo com os representantes do governo para apresentar demandas e cobrar implementação das políticas pertinentes aos seus territórios. Estavam presentes os seguintes órgãos: Andrea João do ITESP, Wagner Portilho gestor da RDS (Fundação Florestal - SMA), Isadora Parada (Coordenaria de Planejamento Ambiental – SMA), Isabela (Palmares), Lidiane e Danilo (INCRA Brasília), Mara (Superintendência INCRA – SP), Jacobson (DEX – MMA), Ocimar Bim (IF – SMA), Poliana (ICMBio em licença de pesquisa).

Questionamentos sobre a paralisação ou demora dos processos de reconhecimento das comunidades, regularização fundiária e conflitos oriundos de sobreposição com unidades de conservação, tomou boa parte do tempo deste diálogo. De modo geral, os órgãos apresentaram uma série de limitações orçamentárias, de equipe e conjuntura que enfrentam.

Segundo Dia 09 de Março

VISITAS DE CAMPO

Na parte da manhã, foram formados grupos para visitas de campo no território de Ribeirão Grande Terra Seca e no Cedro. A tarefa dos participantes era observar em campo os desafios e experiências de gestão com ênfase nas DIMENSÕES da GTAQ:

- **Integridade Territorial e Mudanças no Território**
- **Cultura**
- **Conservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**
- **Produção, Alimentação e Renda**
- **Educação**
- **Saúde**
- **Organização Social e Política**

Os participantes trocaram experiências com moradores do território, tiraram fotos da visita e depois prepararam uma apresentação buscando relacionar as observações de campo com os temas da GTAQ. Desta atividade foram listados uma série de desafios, experiências concretas de gestão a apontamentos de estratégias para superar os desafios e princípios que devm nortear a Política Nacional de GTAQ. Todo o material gerado nos grupos foi reunido em um único documento, e está apresentado no final desta memória.



OS 5 GRUPOS
APRESENTARAM
SUAS
OBSERVAÇÕES A
PARTIR DAS
VISITAS DE CAMPO.

APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA - PNGATI

Para que os participantes pudessem conhecer uma experiência concreta de uma Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, o cacique guarani Timoteo foi convidado a falar do processo de construção da PNGATI. Timoteo falou que a Política é nacional e por isso precisa abranger todos os povos indígenas do Brasil, com todas as suas diferenças. Para isso, os objetivos, diretrizes, princípios e eixos da PNGATI são gerais. A implementação da política é feita em cada território considerando suas especificidades.



ATAÍDE (DE PÉ) E O CACIQUE TIMÓTEO (SENTADO À DIR) DA ALDEIA TAQUARI, EM ELDORADO, APRESENTAM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PNGATI

“Os povos precisam de terra não para enriquecer economicamente mas pra ter saúde, pra sobreviver. E a terra, a natureza, o meio ambiente foi tirado de nós. Nosso canto sagrado pede que todas essas riquezas naturais sejam devolvidas pra nós pra que a gente possa cuidar e preservar” (Ataíde, liderança guarani)

“Para monitorar esse espaço [territórios indígenas] é preciso criar uma política que seja benéfica para as comunidades indígenas. E nós trazemos também os mais velhos para que eles também tenham essa visão sobre a importância de proteção dos conhecimentos dos mais velhos dentro da política. Eu participei de uma 6 ou 7 reuniões da PNGATI. Nós ouvimos os mais velhos e nós, como representantes, fomos defender. Isso foi muito importante. Então isso que está sendo discutido hoje tem que ter alicerce que seja reconhecido pelos mais velhos. Toda essa discussão não foi 6 meses nem dois anos. Foram 10 anos construindo essas proposições e participavam as organizações indígenas. A APIB foi criada com as organizações e está discutindo essa política.

A discussão da política nacional não poder ser algo que beneficia só uma região, preciso ser boa para todos. Nem todas as questões que foram discutidas na base foram inseridas na política. A política deve proteger aquele espaço mesmo antes do reconhecimento.

Desafio: Após essa promulgação da política tivemos a dificuldade de acessar recurso, as associações não conseguem acessar os editais. A base nas aldeias da região sul, e mesmo aqui no sudeste, ainda tem restrições porque não tem formação sobre essa política. Por isso é muito importante que nesse momento de construção é preciso pensar minuciosamente para não ter depois consequência negativa depois.” (Timóteo, cacique guarani)

Terceiro Dia

10 de março

O último dia da oficina foi destinado à elaboração de proposições, valores e princípios norteadores para construção da Política Nacional de GTAQ. Para isso, os participantes foram separados em grupos temáticos conforme as dimensões da GTAQ apresentadas acima (Integridade Territorial, Cultura, Conservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Produção, Alimentação e Renda, Educação, Saúde e Organização Social e Política).

As conversas duraram a manhã toda e a tarde os resultados foram apresentados em plenária. Todo conteúdo produzidos nos dois dias de debate sobre GTAQ foi reunido nas tabelas abaixo, por tema. Esse material é preliminar e ainda será lapidado e validado na oficina nacional, em maio de 2018, com a presença dos representantes indicados pelas comunidades e pelo movimento.

PROPOSIÇÕES PARA A GTAQ (GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA)

CULTURA

- Colocar em discussão o manejo de recursos naturais para as práticas religiosas.
- Mapeamento, inventário, pesquisa e registro de patrimônio material e imaterial em parceria com IPHAN e Fundação Palmares e divulgação na forma de publicações, vídeos, aplicativos, DVDs, CDs. Incluir linguagem, ladainhas, rezas, uso de ervas medicinais, oficinas com Griôs das comunidades.
- Preservar e valorizar os locais sagrados e demais lugares ligados à História e Cultura Quilombola (parceria IPHAN e Fundação Palmares)
- Valorizar e respeitar as manifestações religiosas de matriz africana, católica com tradição Quilombola mostrando o que é comum, buscando combater a intolerância religiosa
- Repartição de benefícios de direitos de propriedade intelectual. Criar protocolos comunitários para registro e divulgação de manifestações culturais (como registrar, tipos de projeto de interesse da comunidade, retorno para comunidade)
- Estimular intercâmbios entre os Territórios Quilombolas para adquirir conhecimentos, troca de experiências para valorização da cultura, fortalecimento das comunidades. Comunidades mais estruturadas podem contribuir para o fortalecimento das outras comunidades através da troca de experiências
- Garantir a participação e valorização dos direitos culturais das mulheres quilombolas, valorizar o protagonismo e estimular a participação política

EDUCAÇÃO

- Educação das crianças pela igualdade de gênero, a começar pela educação em casa;
- Realizar processos educativos para quilombolas sobre gestão territorial e ambiental
- Criar material didático específico para Quilombolas
- Capacitação para professores na sede para atender os alunos Quilombolas
- Aulas/Oficinas de atividades culturais, práticas tradicionais
- Levar alunos da cidade nos Territórios Quilombolas
- “Pacotes” do Governo não incluem a cultura Quilombola
- Executar (implementar) diretrizes de Educação, especificar o que é municipal/Estadual/Federal (obrigatoriedade) e criar mecanismos de aplicar
- Ter o Ensino Médio nas comunidades Quilombolas
- Secretaria de Educação precisa acompanhar Planejamento Pedagógico das escolas para efetivar a inclusão da cultura Quilombola no currículo
- Necessidade de boa estrutura física nas escolas dos Territórios Quilombolas
- Criar lei com prioridade para professores Quilombolas nas escolas
- Criar editais de convocação específico para professores Quilombolas ou garantir porcentagem de professores Quilombolas
- Divulgar as leis e políticas sobre as Diretrizes de Educação Quilombola para Prefeituras, Diretorias de Educação
- Criar, ou resgatar escolas de Educação Quilombola nas comunidades com estrutura adequada, material didático, oficinas etc
- Ministério Público federal, Defensoria Pública, Fundação Palmares discutirem e fiscalizarem e cobrar o cumprimento das leis
- Garantir e estimular participação em Conselhos e Fóruns. Ter capacitação para representantes para participação
- Garantir atendimento para comunidades distantes e de difícil acesso
- Garantir capacitação dos professores Quilombolas e não Quilombolas sobre princípios, cultura e costumes tradicionais
- Fazer mapeamento e ampla divulgação sobre levantamento de professores Quilombolas e Escolas que atendem Quilombolas, junto com Fundação Palmares, MEC
- Rever critério do número de alunos para que se justifique a necessidade de uma escola nos territórios Quilombolas
- Reconhecimento em lei das comunidades Quilombolas pelo Município e repasse de recursos estaduais e federais. Pesquisa e divulgação de repasses e recursos existentes e específicos para Territórios Quilombolas
- Viabilizar cursos de capacitação e geração de renda para jovens (formação). Cursos que consigam atrair os jovens e usem tecnologias, arte, cultura, esporte
- Organização de capacitações específicas para Territórios Quilombolas com organizações como SENAR, SENAC, SENAI (cultura, turismo, profissionalizantes etc)
- Escola em período integral com aulas de agricultura e tradição Quilombola
- Universidades devem criar e divulgar programas existentes de Mestrado e Doutorado que abordem a Cultura Quilombola

PRODUÇÃO E RENDA

- Garantir acesso a mercados diversos além das políticas atuais;
- Garantir que o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) seja uma Lei;
- Processos de capacitação e investimentos para que as associações possam acessar novos mercados.
- Linhas de créditos específicas voltadas às terras tradicionais (exemplo: coivara).

- Criar modelos de licenciamento compatíveis e aplicáveis à realidade das comunidades. Modelos de licenciamento adequados a realidade dos territórios.
- Autonomia das associações no processo de licenciamento. Definição do tamanho das áreas não seja prerrogativa do órgão licenciador;
- Fomentar processo de agregação valor (certificação orgânico/ produção tradicional).
- Aumentar investimento em bancos de sementes e feiras de trocas de sementes.
- Garantir o reconhecimento e autonomia das sementes crioulas.
- Garantir que a escola seja um espaço de valorização das práticas tradicionais.
- Política de bolsas de apoio para o jovem permanecer no campo.
- Linhas de créditos específicas para comunidades quilombolas.
- Atividades turísticas devem ser reguladas pelo coletivo.
- Estruturar o turismo com diferentes atrativos (culturais, naturais e históricos)
- Buscar usar todos os potenciais da comunidade no turismo (visita, comida e hospedagem)
- Preparar a comunidade para receber o turismo.

INTEGRIDADE TERRITORAL

- Reativar a mesa federal e as mesas estaduais quilombolas;
- Garantia de dotação orçamentária para a execução da PGTAQ;
- Convênio com os órgãos públicos estaduais e municipais para a regularização fundiária;
- Parcerias com instituições públicas e privadas para a implantação da política;
- Composição das mesas deve respeitar a indicação dos parceiros pelas comunidades;
- Parcerias com universidades, institutos estaduais de terras e outros para a elaboração do RTID;
- Que as atividades de geração de renda que incidam sobre os territórios quilombolas, como o turismo, sejam geridas pelas próprias comunidades;
- Dotação orçamentária para turismo de base comunitária;
- Transparência no planejamento e execução do orçamento do INCRA, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, SEPIR no que diz respeito às políticas públicas voltadas aos territórios quilombolas, como a regularização fundiária;
- Criação de um fundo específico, com recurso carimbado, para regularização fundiária de territórios quilombolas;
- Alteração do art. 42 do SNUC que trata do reassentamento de povos tradicionais quilombolas em Unidades de Conservação.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

1. Consolidar as práticas e o reconhecimento dos usos e manejos desenvolvidos pelas comunidades por parte dos órgãos públicos responsáveis para implementação das políticas públicas.
2. propor que o Plano de utilização e planos de manejo sejam instrumento de reconhecimento dos territórios por parte do Estado, de forma a garantir a autonomia das comunidades sobre o uso do seu território.
3. As deliberações dos Conselhos Consultivos devem considerar/respeitar os planos de uso/acordo de uso das comunidades tradicionais -

4. CAR - cadastro ambiental rural? coletivo, reconhecendo todo território quilombola, o órgão validador (estaduais) não deve reconhecer os particulares que estão nestes territórios coletivos quilombolas reconhecidos pela constituição.
5. utilizar o CAR para amparar o direito das comunidades em utilizar seus modos tradicionais de uso da terra: roça, roça de coivara.
6. estabelecer acordos para uso de territórios quilombolas que abrangem UCs, inclusive de uso integral, impedindo que haja cobrança monetária nos diversos usos com autonomia das comunidades e seus usos tradicionais.
7. conhecer e dar acesso para capacitar as comunidades na legislação ambiental.
8. sistematizar as legislações ambientais federais, estaduais e municipais e definir as diferenças e se são mais restritivas que a federal.
9. criar programas sustentáveis nos TQ, mapeando as áreas, de forma a propor ações que não contraponham com as diversas legislações: pastos, manejo florestal, artesanato .
10. os empreendimentos no entorno dos territórios quilombolas atingem as comunidades e sua instalação deve passar pela análise e aprovação destas comunidades (Licenciamento, OIT 169).
11. desenvolver políticas e programas de reflorestamentos, recuperação de nascentes (analisar o impacto do braquiara), pagamentos por serviços ambientais.
12. desenvolver projetos alternativos e de tecnologia social de saneamento ambiental (biodigestores) , para captação de energia solar, águas de chuva, tanques de peixes, de forma a capacitar e fortalecer as comunidades.
13. debater como o Estado pode recompensar as comunidades quilombolas pela manutenção de animais silvestres que muitas vezes ou sempre causam impactos na produção de alimentos, causando insegurança alimentar: criar seguros, como o Proagro (?)
14. discutir /alterar legislação ambiental que é contraditória com o manejo e a caça sustentável.
15. respeitar e estimular o uso tradicional da terra nos territórios quilombolas e conciliar com implementação dos SAFs. (coivara e agroflorestal)

Propostas do grupo do dia anterior

1. valorizar os conhecimentos e fomentar as experiências tradicionais
2. pensar na revisão da Lei de Criação dos Mosaicos, que criam sobreposição sobre os TQ
3. Buscar autonomia das comunidades na gestão dos territórios
4. associações devem ter autonomia nas decisões de uso dos territórios, e propor procedimentos simplificados de licenciamento para os TQ
5. pensar no conceito de áreas protegidas quilombolas unindo territórios de forma a ampliar a autonomia das comunidades (mesmo em áreas que superam os limites das UCs em que estejam inseridas).
6. fazer o levantamento e sistematização da contribuição das comunidades quilombolas para a conservação ambiental
7. realizar processos educativos para quilombolas sobre gestão territorial e ambiental
8. colocar em discussão o manejo de recursos naturais para as práticas religiosas
9. consolidar o entendimento que os direitos constitucionais e acordos internacionais são superiores hierarquicamente às legislações estaduais.

SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

1. capacitação e processos de contratação (edital público específico) de agentes comunitários de saúde do próprio quilombo para atuarem nas comunidades, sendo capacitados também ao conhecimento de uso tradicionais de plantas de usos medicinais;

(equipes de saúde tem preconceito, discriminação dos quilombolas e seus conhecimentos por parte das equipes);

2. melhoria e maior frequência do atendimento médico, local público apropriado e equipado para realização de atendimento.
3. Tratamento e distribuição de água nas comunidades (FUNASA, poder público)
4. Ampliar o número de fossas (FUNASA, poder público)
5. Ampliação da Coleta de lixo de fato realizada semanalmente ou de acordo com a necessidade;
6. Territórios livre de transgênicos e agrotóxicos. Apoiar e incentivar a transição agroecológica nos territórios quilombolas por meio de crédito e assistência técnica
7. Maior apoio técnico na implantação e ampliação nas produções agrícolas;
8. Aumento das linhas de crédito (específicas para as comunidades quilombolas) para produção e melhora na segurança alimentar;
9. Elaboração de um banco de sementes crioulas e trocas de sementes entre as comunidades e futura ampliação

*GTAQ

O acesso a uma alimentação saudável e diversificada (segurança alimentar) age como um sistema de prevenção a problemas de saúde, garantindo assim uma população saudável nos territórios, que possibilita a continuidade do trabalho de produção e de luta pela regularização fundiária do território e demais políticas públicas.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLITICA NO TERRITÓRIO

- Fortalecer a coletividade nos territórios quilombolas
- Fortalecer o profissionalismo na comunidade
- Realizar capacitações a partir da prática e da troca de conhecimentos e experiências
- Realizar intercâmbio entre comunidades quilombolas para trocas de experiências
- As capacitações devem abordar temas e serem executadas com uma metodologia que atendam as necessidades das comunidades e possibilitar a integração do conhecimento prático com o conhecimento teórico
- Realizar capacitações em cidadania – ampliar o entendimento da estrutura e funcionamento dos três poderes; da construção e controle social de políticas públicas com envolvimento da base
- Fomentar a educação, capacitação e formação dos quilombolas para que possam assumir trabalhos técnicos nas suas próprias comunidades

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

- Fortalecer a representação politico-institucional dos quilombolas a nível municipal, estadual e nacional, de forma a garantir a articulação das demandas das comunidades nos espaços de representação em cada nível da federação
- Fortalecer a participação dos quilombolas nos espaços de controle social das políticas públicas quilombolas a nível municipal, estadual e nacional
- Criar a nível municipal, estadual e nacional espaços autônomos de discussão de demandas prioritárias (ex.: Grupos de Trabalho dos quilombolas e parceiros, com a participação de parlamentares), cuja composição e pauta deve ser definida de forma autônoma pelos quilombolas

- Técnicos do governo precisam conhecer a realidade de cada TQ antes de fazerem suas intervenções / Qualificar o perfil dos servidores para o respeito aos modos de vida e o diálogo com os quilombolas

INSTRUMENTOS E ESPAÇOS DE GESTÃO DOS TERRITÓRIOS

- Quilombolas que tem o título da terra ou o reconhecimento das comunidades devem ter direito de definir de forma autônoma como usar e ocupar o território.
- Não esperar os regramentos governamentais para que as comunidades tenham autonomia para o uso do território
- Fomentar processos de governança que respeitem e fortaleçam os modos de vida das comunidades, garantindo o diálogo em caso de situações de discordância
- Acordos entre comunidades e o Estado têm que ser revisados com a participação da comunidade
- Planos elaborados precisam ser revisitados e revisados para não se perderem no tempo (ex.: Agenda 21 do Vale do Ribeira)
- Experiências de instrumentos de gestão:
 - Associação como espaço de tomada de decisão sobre o território, através de reuniões com seus membros
 - Mapeamento de todo o território pelos próprios quilombolas
 - Estatuto da associação definindo de forma detalhada como o território deve ser ocupado e utilizado, com base na legislação existente – atividades produtivas, recuperação das matas, preservação das matas ciliares, etc.
- Constatação e pergunta:
 - Nos quilombos urbanos não tem como determinar ou organizar a forma de ocupação e uso do território, pois a especulação imobiliária e programas como Minha Casa e Minha Vida resultam na ocupação desordenada, e a ausência do governo abre espaço para a atuação do tráfico, que passa a ditar as regras
 - Como lidar com a ocupação e uso do território no contexto dos quilombos urbanos?

JUVENTUDE

- Garantir a titulação, autonomia e a integridade do territórios contribui para garantir a presença do jovem
- Envolver os jovens nos trabalhos de organização das comunidades para eles se sentirem parte do processo e para empodera-los
- Estimular, preparar e capacitar jovens a participar da associação
- Formar novas lideranças, mas sempre a partir da referência e do acompanhamento dos mais velhos
- Criar programas e projetos específicos para a juventude
- Desenvolver ações com foco na educação e na qualificação dos jovens

MULHERES

- Território livre de violência contra a mulher
- Criar alternativas de lazer para as mulheres
- Trabalho de organização das mulheres em todos os territórios e comunidades quilombolas
- Promover e incentivar a autonomia das mulheres
- Fomentar e fortalecer a organização das mulheres
- Conscientizar as famílias e as comunidades sobre a importância da participação das mulheres

- Indicar mulheres para cargos de representação
- Promover a divisão do trabalho na família

ENCAMINHAMENTOS PARA OFICINA NACIONAL

Oficina Nacional para fechamento do documento de diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola ocorrerá nos dias 24 e 25 de maio em Brasília, e contará com 6 representantes da oficina em Barra do Turvo. Os nomes indicados pela Conaq e pelo grupo reunido foram os seguintes:

REPRESENTANTES:

NILCE PONTES MACIEL – QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE TERRA SECA - SP

ANTONIO DOS SANTOS – QUILOMBO CAÇANDOCA – SP

TANIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA – QUILOMBO CARRAPATOS - MG

ALBA BATISTA NASCIMENTO – DILÔ BARBOSA, QUILOMBO SAPÉ DO NORTE – ES

ELIMAR BARRETO DOS ANJOS – QUILOMBO RETIRO DE MANGARAÍ – ES

IVONE MATTOS – QUILOMBO MARIA CONGA - RJ

BENEDITO LEITE – QUILOMBO ALTO DA SERRA - RJ